

CLIPPING MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEIO	Dinheiro Vivo			
Nº PAG.	2	DATA	16 de junho de 2020	

OPINIÃO

Estratégia para um ‘novo normal’



Nuno Antunes

16.06.2020 | 10:50

Os entrecruzamentos entre ‘estratégia’ e ‘política’ são múltiplos e de diferente natureza. Assumindo como adquiridas a paz e a segurança – já agora, bom seria se refletíssemos seriamente sobre este aspeto –, e circunscrevendo-nos ao plano interno, a parte mais complexa dessa relação passa talvez por convencer os atores políticos de que o sucesso do País depende, primeiro, da solidez de um desenho estratégico a longo prazo e, segundo, da resoluta implementação da estratégia delineada.

Qualquer que seja o ‘novo normal’, parecem subsistir poucas dúvidas de que trará desafios e oportunidades que, se não forem enfrentados com base numa adequada estratégia, conduzirão ao ‘atraso’ (ainda maior) do País. Sim, não esqueçamos que o nosso desempenho, quando comparado com países de leste que aderiram à U.E. em 2004, não tem sido brilhante.

É por essa razão que nos parece que o realce maior da decisão do Governo de nomear um independente para “assegurar a coordenação dos trabalhos preparatórios de elaboração do Programa de Recuperação Económica e Social 2020-2030” advém da demonstração de consciência quanto à (i) importância do período pós-pandemia e (ii) necessidade de ‘pensar fora da caixa’ para traçar um rumo estratégico para a recuperação sócio-económica. O ‘novo normal’ terá que permitir aos nossos cidadãos almejar a realizações pessoais e profissionais em plano igualitário com os seus concidadãos europeus. Haja sucesso no desenho da estratégia, e na sua convicta implementação num horizonte pluri-legislatura, e o País sairá vencedor.

CLIPPING MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEIO	Dinheiro Vivo			
Nº PAG.	2	DATA	16 de junho de 2020	

Corretas opções sobre os vetores estratégicos, seja em termos de setores económicos a desenvolver, seja quanto à qualificação de recursos humanos e de infraestruturas, ou seja, ainda no que respeita ao papel (mais ou menos intervencionista) do Estado, incluindo a articulação entre todos estes elementos, serão fatores decisivos desta equação. Mas, se ficarmos apenas por estas opções, perder-se-á a oportunidade, provavelmente única, de se fazerem opções de fundo para reduzir a crescente desigualdade social.

Neste âmbito, a futura (re)construção económica deve alicerçar-se substantivamente no conceito de ESG (*Environmental, Social and Governance*, no acrónimo inglês). Já defendi que a ‘nova Europa’ deve ter um desempenho centrado nos anseios dos seus *stakeholders*, transparente no seu funcionamento, e ambientalmente responsável. O mesmo se aplica a Portugal. Se algo a pandemia demonstrou é que as pessoas querem viver numa sociedade intrinsecamente ‘boa’. Atenta ao outro. Promovendo quem apoia o mais fraco. Agradecida a quem, em face do risco, não esquece as suas obrigações.

O mundo em que o *bottom-line* financeiro prevalece no plano empresarial, ou em que o PIB é o único claro parâmetro de desenvolvimento económico, deve ficar para trás. Há que prosseguir um *triple bottom-line*. Utopia? Talvez. Mas não devemos sequer tentar? Internamente, através de uma estratégia que promova valores diferentes? E, regional e globalmente, como ativos promotores de uma estratégia análoga em fora internacionais?

A recente comunicação da Comissão Europeia sobre a resposta à pandemia e a recuperação económica da Europa – «*A Hora da Europa: Reparar os Danos e Preparar o Futuro para a Próxima Geração*» – parece abrir a porta a um tal ‘novo normal’, ao declarar que o plano de recuperação deve prosseguir uma Europa mais sustentável, resiliente e justa para a próxima geração, acelerando as transições verde e digital. Uma maior compreensão do impacto das considerações ESG no plano da recuperação europeia somente será possível quando for conhecida a *Renewed Sustainable Finance Strategy*, a qual será seguida em 2021 por uma nova iniciativa da Comissão Europeia relativa a *sustainable corporate governance*.

Estrategicamente, Portugal não pode deixar de acompanhar estes ventos de mudança.

Nuno Antunes, Sócio na Miranda & Associados